



TENSÃO

Chefe de Estado russo afirmou que a frota do país está apta para defender os interesses nacionais de forma infalível e capaz de identificar e destruir "qualquer alvo". Declaração ocorreu durante desfile do poderio bélico nacional, durante o fim de semana, em São Petesburgo

RECADO PARA TODO O MUNDO

O presidente Vladimir Putin afirmou, ontem, que a frota russa é capaz de detectar e destruir qualquer alvo, durante um desfile naval em São Petersburgo no qual ele compareceu.

"Hoje, a frota russa tem tudo para defender a pátria e nossos interesses nacionais de forma infalível. Somos capazes de detectar qualquer alvo inimigo debaixo d'água, na superfície ou no ar e desferir um golpe letal, se necessário", declarou Putin em um discurso televisionado.

Ele afirmou que a Rússia conquistou seu lugar entre as "principais potências marítimas do mundo" ao desenvolver "uma aviação naval eficaz de curto e longo alcance, sistemas de defesa costeira confiáveis e armas hipersônicas de última geração e alta precisão, que são incomparáveis no mundo e continuam a melhorar constantemente e com sucesso".

O discurso foi pronunciado à margem do desfile anual da frota russa no rio Neva, em São Petersburgo, a segunda maior cidade do país.

Em um contexto de fortes tensões com o Ocidente, Putin elogiou em várias ocasiões nos



Somos capazes de detectar qualquer alvo inimigo debaixo d'água, na superfície ou no ar e desferir um golpe letal, se necessário"

Vladimir Putin, Presidente da Rússia

últimos anos as novas armas de seu país, que ele diz serem "invencíveis".

Entre elas, o míssil hipersônico de nova geração Avangard, capaz de atingir velocidade de Mach 27 e mudar de curso e altitude, que entrou em serviço no exército russo em dezembro de 2019, e o Zircon que voa em Mach 7 e foi testado com sucesso em julho.

Outras armas também estão em desenvolvimento, como o míssil hipersônico Kinjal para a Força Aérea e o míssil Burevestnik com propulsão nuclear.

Os mais recentes sistemas de defesa aérea S-500, descritos como "incomparáveis no mundo", também foram testados com sucesso em 20 de julho.

Macron pressionado

Já na França, a preparação bélica virou um grande problema. As décadas de testes nucleares na Polinésia Francesa afetam o presidente Emmanuel Macron, sob pressão para se desculpar pelos danos causados pela radiação.

Durante sua visita de quatro dias, Macron planeja abordar o legado dos testes nucleares realizados entre 1966 e 1996, enquanto a França desenvolvia suas armas atômicas, bem como discutir o papel estratégico do território do Pacífico Sul e o risco existencial de elevação dos mares que supõe o aquecimento global.

Os moradores do extenso arquipélago de mais de 100 ilhas, localizado a meio caminho entre o México e a Austrália, esperam que Macron peça desculpas e confirme a indenização às vítimas da radiação.

Os testes continuam sendo uma fonte de profundo ressentimento, vistos como um sinal de uma atitude colonialista racista em desprezo pelos ilhéus.

Depois de pousar no sábado, Macron, cuja viagem em 2020 foi adiada devido à pandemia,

se reuniu com profissionais da saúde que lutam contra a covid-19 no território semi-autônomo, onde muitos desconfiam das vacinas.

"Quero enviar uma mensagem muito forte para pedir a todos que sejam vacinados", disse ele, acrescentando "quando você é vacinado, está protegido e espalha pouco o vírus, ou pelo menos muito menos".

Macron vai "impulsionar várias medidas concretas" em relação ao legado dos testes nucleares, com a abertura dos arquivos do Estado e indenizações individuais, disse uma fonte da presidência francesa, que pediu para não ser identificada.

As autoridades francesas negaram qualquer ocultação da exposição à radiação em uma reunião no início deste mês com delegados do território semi-autônomo liderado pelo presidente Edouard Fritch.

A reunião aconteceu depois que o site investigativo francês Disclose informou em março que o impacto da chuva radioativa era muito maior do que o reconhecido pelas autoridades.

Presidente afirmou que o país conquistou seu lugar entre as principais potências marítimas do mundo ao desenvolver armas hipersônicas



Alexey Nikkolsky/AFP

Andreas Solaro/AFP - 28/6/18



Becciu foi da Secretaria do Vaticano, um dos cargos mais poderosos da Cúria Romana, e muito próximo do papa

ESCÂNDALOS DO VATICANO

Cardeal italiano senta no banco dos réus por supostas fraudes

O Vaticano abre, amanhã, um julgamento sobre a compra de um luxuoso edifício em Londres e a rede de empresas e fundos que deixou um rombo nas finanças da Santa Sé, um escândalo que afeta a imagem da Igreja.

No banco dos réus estará o destituído cardeal italiano Angelo Becciu, que foi suplente na Secretaria de Estado do Vaticano entre 2011 e 2018, um dos cargos mais poderosos da Cúria Romana e um conselheiro muito próximo do papa Francisco.

O julgamento deve determinar se a Santa Sé foi defraudada por um grupo de empresários inescrupulosos ou se houve um sistema de corrupção interna envolvendo importantes líderes da Igreja. O julgamento, que durará vários meses, será realizado em uma sala especialmente preparada nos Museus do Vaticano, com a presença de um grupo limitado de jornalistas.

A primeira audiência, marcada para terça, será dedicada a questões técnicas, com base na complexa acusação de 500 páginas,

resultado de dois anos de investigação. Entre os 10 réus, metade estava a serviço do papa Francisco durante a controversa compra, realizada em duas fases, de um luxuoso edifício de 17.000 m2 no bairro londrino de Chelsea, do qual o papa pediu para se livrar rapidamente.

A aquisição deste edifício, por um preço superior ao seu valor real, foi feita por meio de pacotes financeiros altamente especulativos, através de dois empresários italianos, em Londres.

Essa compra "gerou perdas substanciais para as finanças do Vaticano e até mesmo recursos destinados às instituições de caridade pessoais do Santo Padre foram usados", reconheceu a Santa Sé antes da abertura do julgamento. Um grande desafio para Francisco, um crítico ferrenho da corrupção, que denuncia incessantemente a especulação financeira global desde sua eleição, há 8 anos.

No sábado (24), o Vaticano divulgou pela primeira vez o orçamento anual de um de seus

principais departamentos encarregados da gestão de propriedades e investimentos. "Viemos de uma cultura de sigilo, mas aprendemos que, em matéria econômica, a transparência nos protege mais do que o sigilo", declarou o secretário de Economia do Vaticano, Juan Antonio Guerrero.

Empresários e fundos

Entre 2013-2014, a Secretaria de Estado do Vaticano tomou emprestado US\$ 200 milhões, grande parte dele do banco Credit Suisse, para investir no fundo do empresário italiano Raffaele Mincione. Metade do valor foi destinado à aquisição de parte do prédio londrino e a outra parte destinada a investimentos em ações.

Raffaele Mincione usou o dinheiro da Igreja para "operações especulativas", incluindo a compra de bancos italianos em dificuldades financeiras. A Santa Sé, que acabou por registrar perdas na bolsa, não tinha capacidade para controlar esses investimentos,

pelo que decidiu quatro anos mais tarde, no final de 2018, encerrar a aliança.

Para isso, a Santa Sé escolheu Gianluigi Torzi como o novo intermediário, que negociou a saída de Raffaele Mincione, indenizando-o com 40 milhões de libras esterlinas (55 milhões de dólares) e modificando o acordo financeiro para que o Vaticano finalmente se tornasse o único proprietário do edifício.

Torzi, por sua vez, assumiu o controle da propriedade do Vaticano (por meio de ações com direito a voto) e, em seguida, extorquiu dinheiro da Secretaria de Estado para obter 15 milhões de euros (quase 18 milhões de dólares) para sua saída, segundo a acusação.

Os magistrados também identificaram duas figuras-chave que ajudaram Mincione e Torzi a entrar nas redes do Vaticano em troca de dinheiro.

O primeiro é Enrico Crasso, conhecido empresário suíço e ex-Credit Suisse, que administrou os fundos da Secretaria de Estado durante décadas.

O outro é Fabrizio Tirabassi, importante funcionário leigo da Secretaria de Estado, encarregado dos investimentos, que também recebia comissões dos bancos por suas intervenções e era considerado braço direito do cardeal Becciu.